

**O PROGRAMA MCMV EM ÁREAS PERIFÉRICAS DE FEIRA DE SANTANA (BA):
PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO, PERIFERIA E MORFOLOGIA URBANA.**

Mayara Mychella Sena Araújo

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Bolsista FAPESB do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

maiaraujo@yahoo.com.br

O PROGRAMA MCMV EM ÁREAS PERIFÉRICAS DE FEIRA DE SANTANA (BA): PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, PERIFERIA E MORFOLOGIA URBANA

RESUMO:

A intenção deste artigo é apresentar de modo sumarizado as ideias que embasaram a elaboração do referencial teórico do projeto de tese intitulado “O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em áreas periféricas de Feira de Santana (BA): como estão sendo produzidos esses espaços?”. Entende-se que o propósito não é o de esgotar a literatura que envolve a temática, mas sim, discorrer sobre as teorias e conceitos que serão empregados visando à compreensão da proposta de pesquisa. Por isso, este estado da arte coloca como pano de fundo o debate teórico para apreender o caráter relacional de produção e reprodução do espaço urbano, processo inerente às cidades. O ponto de partida é a compreensão da teoria produção do espaço, contudo, até chegar à reconstrução conceitual necessária, a compreensão analítica sistematiza o entendimento de periferia e morfologia urbana como norteadores da temática.

Palavras chave: produção do espaço, periferia, morfologia urbana, MCMV, Feira de Santana.

INTRODUÇÃO

O projeto de tese que oferece subsídios para elaboração deste artigo começou a ser pensando em meados do ano de 2011. Nesse período, muitas mudanças vinham sendo verificadas no mercado financeiro nacional e global, entretanto, para o debate teórico a que nos propomos é suficiente mencionar a maior e mais debatida crise financeira global deste início de século, cujo ápice foi verificado em meados de setembro de 2008.

Essa crise teve seu epicentro intrinsecamente relacionado ao sistema de crédito habitacional e imobiliário estadunidense, mas seus reflexos estenderam-se por todo o mundo, como num efeito dominó. Em alguns países, como os da Europa, suas implicações foram observadas com maior intensidade e, em outros como o Brasil, sua magnitude não foi tão alarmante. Fazendo-nos perguntar: porque a crise não desencadeou consequências de maiores proporções no Brasil?

Em linhas mais gerais, pode-se dizer que compreender a crise e seus efeitos, pressupõe entender as origens da bolha imobiliária norte-americana, permitindo-nos conhecer o processo de financeirização do crédito imobiliário e verificar a real dimensão do vínculo entre a crise e a extensão da política de acesso à moradia (ROYER, 2009). As razões para tal extrapolam as questões deste artigo. Todavia, é imprescindível salientar que no Brasil, esse crescimento repentino, com a capitalização e a ampliação do rendimento no setor imobiliário, não foi sustentável. Tal como afirmam Arantes e Fix (2009, s/p) a “[...] proporção entre a oferta de crédito e o PIB no Brasil era de pouco mais de 30% em 2005, baixa se comparada à norte-

americana, correspondente a mais de 190%, ou à espanhola, 146%, no mesmo período”. Ou seja, conforme o entendimento dos autores, no Brasil, a participação do total de financiamentos imobiliários representava 2% do PIB, comparativamente com países como a Espanha (46%) e os Estados Unidos (65%), por exemplo, essa participação era muito baixa. Isso de algum modo, aliado ao fato de que o capital bancário no Brasil, apesar de seu porte significativo, não financiava a longo prazo, pode apontar indicativos de respostas dos efeitos menos agressivos da crise no país.

Mesmo assim, foi para enfrentar suas implicações na economia nacional que, em março de 2009, o Poder Executivo Federal publicou a Medida Provisória nº 459/2009 (depois convertida na Lei Federal nº 11.977/2009) e criou o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), destinado à construção de moradias e divulgado como uma medida para reagir à crise internacional e como uma política social de grande escala. Isso porque, ao mobilizar um conjunto de medidas de estímulo à produção habitacional, mantendo o desenvolvimento dos setores imobiliário e da construção civil, o programa pautou-se na justificativa de atender, ao mesmo tempo, os imperativos do setor econômico e do social. Afinal, tinha-se por um lado, a criação de empregos na construção civil, e, por outro a provisão de moradias. Como afirma Maricato (2011, p. 58): “Além de se constituir uma proposta virtuosa anticíclicaⁱ, o PMCMV significou a retomada de conceitos antigos, vigentes durante o Regime Militar sobre a promoção de moradias [...]”.

Frente a esse contexto mais geral e atenta às estratégias adotadas pelo governo brasileiro para respondê-lo, surgiu a seguinte indagação: como ocorre o processo de produção do espaço onde foram alocadas as obras do programa MCMV em Feira de Santana, entre 2009 e 2010?

Na tentativa de respondê-la, inicialmente, veio à necessidade de contextualizar a escolha do recorte espacial Feira de Santana. Segundaⁱⁱ maior cidade da Bahia, posição assegurada desde a década de 1970 quando já registrava predominância de população urbana em relação à rural. É também, desde aquela época, a única cidade após Salvador — a capital do estado — a contar com mais de 100 mil residentes. Além de figurar como uma das cinco mais proeminentes economias do estado, cujo PIB, em 2010, foi de mais de sete milhões de reais, sendo superada apenas por Salvador, Camaçari e São Francisco do Conde (Região Metropolitana de Salvador).

É considerada como um centro comercial cujo raio de abrangência ultrapassa os níveis local e regional. Tem apresentado ritmo acelerado de crescimento das taxas de urbanização, era de 80,1%, em 1980, chegou a 86,0%, em 1991, 89,8%, em 2000 e 91,7%, em 2010 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003,

2011). Adicionalmente, Feira de Santana, sede da primeira região metropolitana baiana criada após a Constituição de 1988, tem perfil e características que não permitem classificá-la de fato como uma metrópole. Por outro lado, sua inegável importância na rede urbana estadual e os processos em curso em seu espaço intraurbano, fazem-na constituir-se num instigante espaço para realização de estudos.

Tendo em conta o que foi exposto e com base nos levantamentos realizados sobre Feira de Santana, uma das primeiras cidades baianas a serem contempladas com o programa MCMV, com 20 empreendimentosⁱⁱⁱ entre 2009-2010, localizados, principalmente, na sua periferia urbana, é que nos propomos responder, mas, não aqui, o questionamento: “como ocorre o processo de produção do espaço onde foram alocadas as obras do programa?”.

Nesse sentido, apesar da amplitude e complexidade que envolve a temática, o que permite um tratamento por diferentes vieses analíticos, nossa preocupação é a de realizar uma abordagem sintética. Podendo, por isso, pecar pelo reducionismo ou pela simplificação, sem, contudo, perder de vista a perspectiva de reflexão a que nos propomos. Assim, o ponto de partida é a compreensão da teoria produção do espaço, compreendendo a moradia como produtora do espaço, e também determinante das transformações verificadas na morfologia urbana na periferia de uma cidade média.

A partir da estratégia teórica adotada, a perspectiva é caminhar na direção de entender o tema produção do espaço *versus* moradia. De certo, a tentativa de discutir cada questão que envolve a temática ou entrelaçá-las no mesmo discurso é algum muito tênue. Por isso, até chegar à reconstrução conceitual necessária, a compreensão analítica sistematiza o entendimento de periferia e morfologia urbana como norteadores da temática.

Nesse sentido, os estudos tanto em âmbito acadêmico como no não acadêmico, de modo geral têm sua relevância definida pelas contribuições teóricas ou práticas que podem oferecer para apreensão, mitigação ou solução dos problemas apresentados. No caso específico deste artigo podemos dizer que sua originalidade e contribuição estão, centrados, respectivamente, na tentativa de sistematizar o processo de produção do espaço e sua relação com o acesso a moradia, em Feira de Santana. Isso visto a partir dos residenciais relacionados ao programa MCMV, implantados em suas áreas periféricas.

1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O sentido e a finalidade de tentar compreender a teoria produção do espaço (em linhas mais gerais, agora) dizem respeito ao modo como a construção da problemática do projeto de pesquisas, bem como o plano teórico se realiza, e mesmo, o justificam. A produção do espaço

(ou da cidade e do urbano) relaciona-se à produção do homem e à realização da vida humana, sendo que no plano da prática tendemos a evidenciar a vida na cidade. Carlos (2007a, p. 20), inclusive, diz que “[...] a sociedade constrói um mundo objetivo através da prática sócio-espacial, demonstrando em suas contradições um movimento que aponta um processo em curso, o qual tem sua base no processo de reprodução das relações sociais”.

Da leitura de Henrique (2010) temos que a produção do espaço justifica a busca pela compreensão do “espaço inteiro”, a partir dos processos que participam dessa produção, conseqüentemente, do uso do espaço que se constituirá em uma totalidade, o próprio espaço geográfico. O que Lefebvre (1991, p. 38) corrobora dizendo: “não é mais, portanto, o espaço disto ou daquilo que importa, mas o espaço como totalidade ou globalidade, que deve, desde já, não apenas ser estudado analiticamente [...] mas ser engendrado pelo e no conhecimento teórico”.

Portanto, para os aludidos autores, a teoria da produção do espaço reproduz, com um conjunto de conceitos, que seu processo gerador não é apenas de modo descritivo, mas também um resgate de seu efeito histórico. Ou seja, não é somente a passagem de tempo (do passado para hoje), e sim, o que se inscreve no espaço pelas modificações acumuladas ao longo do tempo.

Lefebvre (1991, p. 39) ratifica essa visão quando conclui: “O passado deixou seus traços, suas inscrições, escrita do tempo. Mas esse espaço é sempre, hoje como outrora, um espaço presente, dado como um todo atual, com suas ligações e conexões em ato”. O que para Carlos (2004) nada mais é do que a realidade espacial concreta, cujo movimento histórico é produto de um processo cumulativo de ações passadas que se revelam ao mesmo tempo em que o futuro se tece no presente.

Assim sendo, tal como se depreende da leitura de Carlos (2011), a noção de produção está articulada à reprodução das relações sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar, em dessemelhantes escalas. E o pressuposto para sua compreensão é conceber o espaço “[...] como condição, meio e produto da reprodução da sociedade definindo-o como processo/movimento em constituição, como o da própria sociedade” (CARLOS, 2011, p. 62-63).

Por isso, as questões que possibilitam compreender a produção do espaço revelam-se nos conteúdos do processo produtivo, dos sujeitos produtores, dos agentes da produção material do espaço e das finalidades que a norteiam, bem como suas formas de apropriação. Nesse sentido, ao integrarmos conteúdos e determinações, nos obrigamos a considerar níveis da realidade como momentos de reprodução geral da sociedade em sua complexidade, “[...] um

processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade e do espaço em seus descompassos [...]” (CARLOS, 2011, p. 64).

Noutros termos, se a sociedade produz o espaço, ao fazê-lo, ela torna visível a contradição entre o processo de produção e sua apropriação, partindo do pressuposto que o espaço social incorpora os atos sociais, aqueles dos sujeitos, que podem ser coletivos (socializáveis) ou individuais (privados) (CARLOS, 2011; SPOSITO, 2004).

Sem perder de vista as argumentações de Carlos (2011) tem-se por um lado, o espaço, enquanto produto social é produto histórico e, ao mesmo tempo, realidade presente. E por outro, quando produzido pela sociedade, recria as condições que favorecem a reprodução do capital, do poder e de vida humana.

Além disso, Sposito (2004) que dialoga com a perspectiva analítica apresentada por Carlos (2011), e também pautada na teoria lefebvriana, reforça a compreensão daquela autora de que a produção espaço é condição, meio e produto da reprodução da sociedade. Isso porque ela “[...] compreende um conjunto de ações, de interesse, de valores, de ideias que, no plano material e simbólico, põe em movimento a sociedade e, por meio desse movimento e a ele dando suporte, cria e recria o mundo e as cidades” (SPOSITO, 2004, p. 51).

M. Santos (2008a, p. 202) dando suporte a este enfoque exalta que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”, isso porque em sua concepção o par produzir - produzir espaço é indissociável. Essa assertiva, por certo, coaduna-se com a apresentada por Lefebvre (1991, p. 39): “[...] a produção e o produto se apresentam como dois lados inseparáveis e não como duas representações separáveis”.

Portanto, para que seja possível compreender a produção do espaço é essencial, antes de tudo, romper com a concepção generalizada de espaço. Haja vista que para Lefebvre (1991) o “espaço (social) é um produto (social)”, por isso sua teoria propõe apreender o espaço como fundamentalmente atado à realidade social. Para ele, o espaço não existe em “si mesmo”, esse é produzido.

Ao expor os pontos de vista de Carlos (2011), M. Santos (2008a), Sposito (2004), Henrique (2010) visamos dialogar com Lefebvre (1991) que vê no materialismo histórico e geográfico, a perspectiva de reafirmação do espaço na teoria social crítica. Afinal, foi ele quem desenvolveu a discussão da concepção de produção do espaço. Por isso, ainda que na prática acadêmica seja habitual procurar as influências teóricas, faz-se necessário retomar as suas fontes, visto que é a releitura das bases teóricas que permite um aprofundamento que justifique sua utilização.

Desse modo, apesar de a noção mais difundida de produção do espaço está centrada no processo e não na descrição de resultado, ela avança na passagem da temporalidade à espacialidade. Afinal, o núcleo da teoria identifica três momentos da produção (material, conhecimento e significados) que devem ser apreendidos como de igual valor, pois o espaço é, ao mesmo tempo, percebido, vivido e concebido. O crucial da teoria lefebvriana não é o “espaço em si mesmo” ou o ordenamento dos objetos no espaço, mas, o espaço inacabado, continuamente produzido no tempo.

2 PERIFERIA

Parece-nos complexo tratar o conceito periferia abarcando todas as possibilidades de discussão que esse propõe. Afinal, ele pode ser compreendido a partir das diferentes escalas, contextos históricos e campos científicos. Por isso mesmo, as mais distintas ciências têm estudado-o em dessemelhantes perspectivas analíticas, a Geografia, em especial, tem tido a preocupação em tratá-lo relacionando-o ao par centro-periferia devido, especialmente, as suas repercussões sociais^{iv} e espaciais. Pela abrangência do debate centro e periferia, na maioria das vezes, é visto como realidade dicotômica, apesar de em muitos casos não se revelarem como opostos, e sim, como complementares, pela relação de coexistência e comparação.

Alves (2011, p. 109), inclusive, corrobora com o exposto. Para ela ainda que a análise da relação centro-periferia “[...] possa parecer tratar de uma abordagem binária e, mesmo que bem marcados os espaços acima citados, eles se articulam dialeticamente, não podendo ser entendidos unilateralmente”.

Para este artigo, portanto, nos deteremos ao debate do tema no contexto atual e ao fato de que, nos últimos anos, as políticas voltadas à produção habitacional tem se concentrado nestas áreas da cidade. Isso porque, no senso comum entende-se que é nelas onde a terra é mais barata, geralmente, desprovida de serviços de infraestrutura, carente de equipamentos comunitários, de sistema de transporte coletivo e sem oferta de trabalho (BONDUKI, 2011).

Contudo, apesar de frequentemente afirmar-se que é aí onde o Estado não se faz presente, sua presença, num aparente paradoxo, dar-se ao estabelecer as condições gerais de reprodução, apreendidas como ausência do urbano. Por isso, entende-se que o Estado está presente, ou pelo menos visível, nos espaços que estrategicamente perpetram a reprodução do capital, tendo a produção da cidade como negócio (RODRIGUES, 2007; CARLOS, 2007b).

Posto isto, tem-se que, a rigor, no Brasil e em quase todos os países do mundo, os governos operam historicamente no sentido de privilegiar no planejamento, de forma explícita ou não, a tendência de reservar para os segmentos sociais abastados as áreas centrais, tidas como as

mais qualificadas. Enquanto aquelas mais afastadas do centro são comumente destinadas aos mais pobres. Consequentemente chama-se atenção para o que vem sendo “[...] divulgado na mídia, incorporado nas conversas cotidianas, de vizinhos e demais relações sociais” (ALVES, 2011, p. 113) ao que foi postulado por M. Santos (2009) quanto a “oposição entre a cidade visível e a invisível”. Por isso, pode-se considerar a relação centro-periferia como uma construção estratégica do capital e do Estado, justamente, porque é nesse espaço contraditório, ou se preferirmos dicotômico, onde se realizam a reprodução das relações de produção e novas contradições são introduzidas.

Em linhas mais gerais, o que se tem percebido quando o assunto é o espaço intraurbano, mais particularmente a relação centro-periferia, é que os estudos que versam sobre a temática procuram por um lado, demonstrar as evidências das relações entre as características da metropolização e a reprodução do capital e, por outro, identificar uma dinâmica que gera e reproduz as desigualdades sociais (RIBEIRO; LAGO, 1994).

Então, o que temos é a grande maioria dos estudos urbanos brasileiros consolidados segundo a óptica da produção social do espaço, especialmente, por tratar o espaço urbano como a expressão material do modo de produção capitalista. Contudo, como frisam Villaça (2001) e Schmid (2012), apesar de muito se falar em produção do espaço, pouco se avançou sobre o consumo, a troca e a circulação deste produto social. Na verdade, como afirma Ojima (2012, p. 5) “[...] quase nada se disse a respeito dos efeitos do espaço sobre o social, pois evidentemente, o espaço nunca adquiriu peso significativo nestes estudos para que pudesse ser tratado como uma variável relevante e eventualmente capaz de interferir nos processos sociais”.

Nesse sentido, pode-se dizer que no par dicotômico centro-periferia há uma das contradições da produção do espaço, a de sua fragmentação, e mais ainda, a capacidade global das forças produtivas e do conhecimento científico produzir espaço. Afinal, ao enfatizar-se que a periferia concretiza a subordinação da cidade e da urbanização à renda da terra, e que “[...] os centros urbanos são, a um só tempo, forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não objeto, supraconsciência e totalidade das consciências” (LEFEBVRE, 2002, p. 110), estamos de algum modo, pautando a reflexão nas desigualdades sociais e espaciais. Expressas na estrutura espacial e que, uma vez produzida, age como um dos condicionantes da realidade social, cooperando, para tanto, com a reprodução dessas desigualdades.

Até o início dos anos 1980, dita estrutura espacial marca a diferenciação socioespacial^v nas cidades brasileiras, especificamente as metrópoles. Essas eram caracterizadas pela existência de dois espaços aparentemente antagônicos, mas, que articulados estabeleciam entre eles uma

relação: o centro, onde se concentravam os equipamentos e serviços urbanos mais qualificados, o mercado de trabalho e as moradias de maior qualidade e custo. Tratava-se do espaço legalizado e bem equipado das cidades, e para lá convergia a vida urbana. E as periferias, cuja marca era a carência (ou falta) de infraestrutura, serviços, transportes, comércio e empregos. Predominavam a ocupação irregular, os loteamentos populares e a autoconstrução. Era o lugar onde o poder público simplesmente se omitia tanto na questão da regulação sobre as formas de aquisição da terra e dos usos do solo, quanto pela inexistência ou precariedade de infraestruturas e dos serviços básicos. Por isso mesmo, era lá que residia boa parte das pessoas com baixa ou nenhuma renda (SOUZA, A., 2004; ALVES, 2011).

Todavia, cotidianamente, os conteúdos dos mais distintos campos do conhecimento bem como a própria sociedade passam por transformações, atentos a isso é que salientamos dois momentos. O primeiro, no qual começaram a ser criados os loteamentos habitacionais, nos moldes “loteamento-ônibus”, ainda na década de 1940, e apareceram as seminais formas de entendimento de periferia em lugar de subúrbio. Diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos^{vi}, no Brasil, até os anos 1940, o subúrbio era conhecido como área de transição entre o campo e a cidade, geralmente, localizado nas proximidades de uma estação ferroviária (ALVES, 2011; MARTINS, 2001).

Subtende-se, portanto, que a concepção que caracterizava o país norte-americano, no início do século XX, passa a ser notada no Brasil^{vii}, como maior intensidade a partir dos anos 1980. É o segundo momento de transformação do conhecimento e da sociedade, onde se tem, ao mesmo tempo, a expansão da periferia e a diferenciação socioespacial. Dito em outros termos, a associação periferia (áreas distantes do centro), população de alta renda, mansões luxuosas, protegidas por enormes muros, cercas eletrificadas e vigiadas por câmaras de vídeo e seguranças particulares se generalizam como bairros distantes, os famosos condomínios fechados/ enclaves fortificados. Enquanto, o conjunto periferia (áreas nos limites da urbanização), população de baixa renda, unidades habitacionais de pequenas dimensões, com a falta de todo tipo de equipamentos sociais, infraestrutura e dificuldade de mobilidade é a generalização de periferia – a favela (CALDEIRA, 2000; VILLAÇA, 2001; CARVALHO; PEREIRA, 2009; ALVES, 2011; RIOS FILHO, 2012).

Nesse sentido, aqueles que pertencem às classes sociais que mais vantajosamente se inserem no mundo da produção e nos circuitos de consumo não são mais os únicos a residir nos locais mais bem dotados de equipamentos e serviços. Esses, agora, podem se mostrar atrativos à população de baixa renda que, mesmo vivendo em habitações inadequadas, opta por estar próximo de tudo que para ela significa cidade (ALVES, 2011; SERPA, 2011). Por

isso mesmo, podemos falar que com a hierarquia social, há também uma hierarquia simbólica e material entre os lugares na cidade. O que para Paula (2006, p. 10) é o mesmo que: “[...] o crescimento das cidades se dá do centro para a periferia. Se é quase uma regra absoluta que o poder busque se instalar no centro das cidades, esse poder nunca é exclusivo, e por vezes se vê crescer, na periferia, outras centralidades, outras forças e poderes, que também reivindicam o espaço da cidade, seus serviços e benefícios”.

Hoje, portanto, tanto as antigas teses (imposição dos interesses do mercado imobiliário, a segregação socioespacial) como as mais recentes proposições (os condomínios fechados, a privatização das áreas de proteção ambiental) revelam o momento decisivo entre as forças do capital, e as que resistem a ele (PAULA, 2006).

Por conseguinte, ao se fazer referência à paisagem urbana se estendendo mais depressa do que as necessidades da população tem-se que a desigualdade básica no capitalismo (de cunho social, econômico, setorial ou espacial) não permite, a rigor, quaisquer argumentações do que é atrasado/periférico como um empecilho ao desenvolvimento do que se julga moderno/central. Isso porque, como se depreende da leitura de Dias e Vidal (2011), esta desigualdade é conduzida pelas rígidas leis da divisão do trabalho, que agem tanto nas estruturas de classes e produtivas quanto nos espaços, nacionais e subnacionais, compondo, uma totalidade social.

M. Santos (2008b, p. 290) faz uma leitura diferente da que até aqui foi pontuada, para ele “[...] a periferia não será definida pela distância física entre um polo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade”. De algum modo, sua visão resgata a teoria das localidades centrais^{viii}, cuja noção, relacionada à centralidade, tem em conta a acessibilidade como um elemento determinante. O que difere entre as ideias postuladas pelos teóricos é que M. Santos (2008b, p. 292) trata a periferia a partir do isolamento de uma aglomeração e seu distanciamento do centro, para ele “por toda a parte, estar distante é sinônimo de ser prejudicado, nos países subdesenvolvidos, estar distante é ainda pior; é se condenar a ser pobre”, enquanto Christaller^{ix} versa sobre a centralidade relacionada à qualidade (tipos), quantidade (número), intensidade (frequência) e densidade (localização) de determinados equipamentos ou estruturas.

Tanto para M. Santos quanto para Christaller o que caracteriza a situação geográfica, não é tão somente a o espaço físico (periferia ou centro, respectivamente), mas, essencialmente, a acessibilidade a eles. Nesse sentido, portanto, entre eles há uma similitude, a de que o acesso aos serviços privados e públicos encarecem a medida que se torna menos acessível, ou seja, o valor a ser pago tem em conta a distância que se tem a percorrer para adquiri-lo. Seria o que

M. Santos (2008b, p. 292) caracteriza como “[...] um *capitis diminutio* do indivíduo em função de sua localização no espaço”.

Nesse artigo, a acessibilidade e a distância física são consideradas como elementos de análise para a noção de periferia. Afinal, parafraseando F. Oliveira (1972) é preciso entender as periferias sem associá-las unicamente ao determinismo geográfico, mas sim buscando compreendê-las como algo que apesar de situado a margem, estrutura-se dialeticamente com o centro, na medida em que com ele se relaciona e em função dele se define.

3 MORFOLOGIA URBANA

Por certo, ao analisarmos a expansão urbana tomando como referência a dimensão territorial, interessa-nos saber que essa não ocorre indissociada dos processos de desenvolvimento e crescimento urbano. Apesar de serem dinâmicas complexas e distintas, podem ser compreendidas como sinônimas no senso comum. Assim, como bem advoga Sposito (2004) apesar de as perspectivas de análise diferir entre si, quando privilegiamos a compreensão da dimensão da expansão urbana, o esforço de não separá-la das outras nos é imposto. Afinal, de maneira geral, ela é tida como parte inseparável do processo de produção, particularmente, do de produção do espaço.

Assim, se o espaço é produzido enquanto soma intencional (ou não) de valores e signos da sociedade moderna, entendê-lo como parte indistinta das relações de desenvolvimento e crescimento urbano só é possível se apreendermos que o primeiro pode ser pensado de acordo ao aspecto econômico, social, político ou cultural; e o segundo, conforme o viés econômico, o demográfico, espacial ou territorial. Ou seja, se faz necessário compreender muito mais do que as transformações da economia para se ter noção das novas formas de produção e organização do espaço. Na verdade, temos que identificar o conjunto de valores que orientam a ação individual (ou coletiva) na sociedade do século XX, para então ser possível entender como mudam as formas de produzi-lo.

Subliminarmente, portanto, podemos refletir que a expansão territorial urbana pode revelar por meio de uma nova morfologia urbana um modo de vida e práticas socioespaciais determinantes de um conjunto de dinâmicas de produção do espaço (urbano) contemporâneo. Como se depreende da leitura de Sposito (2004), certamente o que leva à redefinição de sua morfologia é a oposição destacada e menos definida pela diferença entre as densidades demográficas e construtivas do campo e da cidade.

Se voltarmos no tempo e levarmos em conta o Brasil, na segunda metade do século XX, temos que o país, nesse período, mudou ao se urbanizar mais intensamente e,

consequentemente, modificou sua sociedade. Entre essas transformações, podemos ressaltar pelo menos duas, que já são tratadas mais amplamente na literatura sobre o tema: a exigência e produção de novas formas de habitat urbano, o que introduz outro modo de viver e, sobretudo, de consumir. Além dos interesses econômicos e políticos, como eixos condutores dessa sociedade que se urbanizava aceleradamente, pois a um só tempo a inseriram no mercado de consumo capitalista e alterou suas práticas socioespaciais (SPOSITO, 2004).

Tendo em conta que essas mudanças podem ser notadas segundo dessemelhantes pontos de vista, desde os mais triviais (como o modo de se vestir ou falar) aos mais complexos (como o modo de se relacionar com o espaço ou dele se apropriar), é que para nós interessa centrar a discussão naquelas transformações relacionadas aos padrões morfológicos (SOLÀ-MORALES, 1996). Haja vista que esses devem ser analisados no contexto das relações entre forma e processo e considerando, sobremaneira, as múltiplas escalas geográficas.

Nossa intenção é, a partir dessa perspectiva, dar mais atenção às relações que se estabelecem no espaço, afinal analisar a transição entre morfologias urbanas marcadas por continuidades/descontinuidades territoriais urbanas nos leva a tomar a forma urbana como um determinante da estrutura urbana.

Ao tratar dessa associação não temos a pretensão apresentá-las como causa e consequências, pois elas são intrínsecas e dialéticas. Por isso, ao tomarmos como fundamental os espaços internos das cidades, mais precisamente aqueles onde estão localizados os residenciais do MCMV, visamos analisar sua descontinuidade territorial, aliás, se de fato ela existe. Por certo, iremos ter um grande esforço para apreensão das relações que, ao se realizarem articulando este nível da realidade aos mais amplos, possam propiciar caminhos na perspectiva cartográfica.

Desse modo, na *mass media* a construção de moradias para baixa renda concentra-se em conjuntos habitacionais nas periferias, deixando grandes vazios urbanos nas cidades. Além promover a dispersão urbana, gera-se um parque habitacional que apesar de expressivo, revela-se de qualidade questionável, já que esse tipo de produção, geralmente, segue um modelo rígido e centralizado, utilizando projetos padronizados e repetitivos, desarticulados do tecido urbano.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

A compreensão teórica aqui esboçada, pelo esforço de síntese e o caráter de reflexão de um trabalho maior, não se conclui definitivamente. Ou seja, o intento foi o de alinhar o estado da arte quanto à perspectiva teórica adotada na elaboração do projeto de tese. Por certo, os

esforços empreendidos até aqui apresentam, em princípio, compreensões muito mais temporárias e tênues do que conclusões e direcionamentos definidos. Nesse sentido, tanto este artigo como o espaço dinamizado pelo movimento da sociedade e das técnicas que o transformam, poderão adquirir novas feições, ao longo do tempo, quando à luz de outras questões poderá surgir um novo debate acadêmico, e político, diverso do que ora está sendo apresentado.

É contundente acrescentar que em Feira de Santana, a aplicação do programa foi iniciada no mesmo ano da sua implementação, em 2009. Os levantamentos realizados quando da elaboração do anteprojeto (em 2011) davam conta de que mais de duas mil famílias já haviam sido contempladas. Hoje, em 2014, já foram construídas cerca de 19 mil unidades habitacionais, em pelo menos 44 empreendimentos.

Nesse sentido, como entender se essa política pública tem inerente em seu âmbito o exercício da cidadania? Afinal, sabe-se que a assistência social contribui e constrói importantes laços de vivência em comunidade, na busca pela melhor qualidade de vida, mas como alcançá-la?

REFERÊNCIAS

- ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano.
- CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 109-122.
- ARANTES, Pedro Fiori. FIX, Mariana de Azevedo Barretto. 'Minha Casa, Minha Vida', o pacote habitacional de Lula. *Correio da Cidadania*, São Paulo, 30 jul. 2009. Disponível http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3580:pcthabitaciona1310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171. Acesso em 23/10/2012.
- BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CARLOS, Ana Fani. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007a.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v.4, n. 6, p.45-60, jan./dez. 2007b. Disponível <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/569/600>. Acesso em 08/07/2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre as cidades. *Cidades*, Presidente Prudente, v.1, n. 1, 2004. Disponível <http://www.cidadesrevista.com.br>. Acesso em 08/07/2005.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. PEREIRA, Gilberto Corso. (Org.). *Como anda Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*, Presidente Prudente, v.4, n. 6, p. 61-72, jan./dez. 2007. Disponível <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570/601>. Acesso em 08/07/2013.

- HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HERINQUE, Wendel (Orgs.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 45-58 (Série estudos e pesquisas, 87).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influencia das cidades*: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- LAGO, Luciana Corrêa do. A dinâmica espacial em curso na metrópoles brasileiras: algumas questões para discussão. In: COSTA, Heloísa de Moura (Org.). *Novas periferias metropolitanas - A expansão metropolitana em Belo Horizonte*: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Artes, 2006, p. 47-55.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. [S.l.]: Blackwell Publishing, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- MASCIA, Eleonora Lisboa. *Habitação para além da metrópole: a descentralização do programa Minha Casa, Minha Vida na Bahia (2009-2010)*. 2012. 205 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador: [s.n.], 2012.
- MARTINS, José de Souza. Depoimentos. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 42, p. 75-84, 2001.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- OJIMA, Ricardo. A dicotomia centro-periferia em discussão: consequências inesperadas e desafios para a gestão nas aglomerações urbanas metropolitanas. In Congresso Brasileiro de Sociologia, 12., 2005, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: SBS, 2005, p. 1-26 Disponível http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=76&Itemid=171. Acesso em: 21/12/2013.
- OLIVEIRA, Francisco. *Economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: 1972.
- PAULA, João Antônio de. Prefácio. *Novas periferias metropolitanas*. In: COSTA, Heloísa de Moura (Org.). *Novas periferias metropolitanas - A expansão metropolitana em Belo Horizonte*: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Artes, 2006. p. 09-11.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. LAGO, Luciana Corrêa. *Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1994. Disponível http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/reestruturacao_cidades.pdf. Acesso em 21/12/2013.
- RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. *Segregação socioespacial na cidade do agronegócio Le Luís Eduardo Magalhães (BA)*. 232f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Salvador: [s.n.], 2012.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p.73-88, jan./dez. 2007. Disponível <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/571/602>. Acesso em: 21/12/2013.
- ROYER, Luciana. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. 2009. 194 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: [s.n.], 2009. Disponível http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/royer_doutorado.pdf. Acesso em 06/09/2013.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: EDUSP, 2008a, p. 201-220.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2008b.
- SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: espaço e tempo*, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012. Disponível <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/306>. Acesso em: 06/09/2013.
- SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 97-108.
- SOLÀ-MORALES, Manuel. Prefácio. In: PANERAI, Philippe. CASTEX, Jean. DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: a dissolução da quadra*. Porto Alegre: Bookman, 2013. p. 5-9.

SOUZA, Angela Gordilho. A idealização do subúrbio à construção da periferia: estudo da expansão suburbana no século XX, Salvador-Ba. In Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 8., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, v. 8, n. 2, 2004, p.1-15 Disponível

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/963>. Acesso em 21/12/2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. 2004, 508 f. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2001.

ⁱ Para autora o termo anticíclica remete-se por um lado a uma visão para trás, na indústria que a alimenta (ferro, cerâmica, cimento, areia) e, por outro, a uma visão para frente, após sua conclusão (eletrodomésticos, mobiliários para as novas moradias). Acrescenta, ainda, os altos custos de investimento no financiamento tanto na produção (imobilização de capital), como no consumo (habitação é uma mercadoria especial, de alto preço, que exige crédito para sua compra).

ⁱⁱ De acordo com os dados do último Censo Demográfico, 2010, sua população total ultrapassa os 556 mil habitantes, a urbana é de mais 510 mil habitantes e a da sede municipal 495.965 habitantes.

ⁱⁱⁱ Empreendimentos: Res. Nova Conceição, Res. Conceição Ville, Res. Vida Nova Feira VII, Res. Vida Nova Aviário 1 (Modulo 1), Res. Vida Nova Aviário 1 (Modulo 2), Res. Aquários, Vida Nova Aviário III, Res. Rio Santo Antônio, Res. Rio São Francisco, Res. Santa Bárbara, Res. Videiras, Res. Figueiras, Res. Laranjeiras, Res. Alto do Papagaio, Res. Vida Nova Aeroporto I, Res. Vida Nova Aeroporto II, Res. Jardim das Oliveiras, Res. Viver Iguatemi I, Res. Viver Iguatemi II e Res. Viver Iguatemi III.

^{iv} Segundo Alves (2011, p. 113) no Brasil, o conceito de periferia teve a dimensão social a ele incorporada na década de 1940, pois até essa época, sua compreensão “[...] limitava-se a indicar áreas que ficavam muito distantes do centro, mas que não necessariamente eram compostas por população de baixa renda”.

^v Conforme Alves (2011) que pauta suas ideias em outros autores (Corrêa, 2007; Carlos, 2007b e Serpa, 2011) a diferenciação socioespacial é inerente ao processo de produção do espaço capitalista, fundamentada na contradição entre produção social do espaço e na apropriação privada. Realiza-se em dessemelhantes escalas tais como a rede urbana, o espaço intraurbano, ou mesmo, tendo em conta, apenas, os conteúdos da centralidade. Sposito (2011) acrescenta, retomando as contribuições de Carlos (2007b), que dita diferenciação socioespacial tem atinente a ela a introdução da análise social ao processo de compreensão espacial, essência e orientação do tema na Geografia.

^{vi} Aqui tomamos esse país como referência, especialmente a cidade de Chicago, como mencionado. Contudo, se fizéssemos uma releitura histórica quanto ao tema poderíamos pontuar a existência do subúrbio, e mesmo da periferia, desde a cidade medieval na Idade Média cuja descrição pode ser vista em Mumford (1998), Benevolo (1994) e Le Goff (1988), por exemplo. Ademais, não estamos tratando do tema periferia e, conseqüentemente, do processo de periferização tendo em conta todas as características das cidades nos Estados Unidos ou no Brasil do século XX, cujas dinâmicas são bem diferentes entre si.

^{vii} No caso brasileiro, as pesquisas com foco no espaço intraurbano são muito recentes, datam do final dos anos 1970 e início de 1980. As principais contribuições destacam análises intraurbanas de São Paulo e Rio de Janeiro, com uma crítica ao “modelo brasileiro”, marca característica das pesquisas que surgem neste período (RIBEIRO; LAGO, 1994). Contudo, esta tese sobre o novo padrão de segregação, caracterizado pela proximidade geográfica entre os grupos de alta e baixa renda, são mais pertinentes às realidades de São Paulo e Curitiba, visto que no Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, e mesmo, Salvador, as “elites” habitualmente convivem com os “pobres” em suas áreas de residência, lazer ou descanso. Ou seja, ao contrário do que ocorreu em São Paulo e Curitiba – aonde a metropolização se deu com maior controle das áreas centrais, mas dificilmente é possível se verificar nas outras quatro metrópoles citadas a idealização desse padrão, cuja invisibilidade dos menos abastados prevalece (LAGO, 2006).

^{viii} Proposta por Walter Christaller, em 1933.

^{ix} Teórico cujo pensamento, até hoje, é referência em diversas pesquisas (como, a Regiões de Influência das Cidades de 2007), e mesmo para autores de renomado conhecimento, como Sylvio Bandeira de Mello e Silva e Roberto Lobato Corrêa.